

CONCEITO E DESCRIÇÃO DOS CONECTIVOS NAS GRAMÁTICAS BRASILEIRAS DO SÉCULO XIX

CONCEPT AND DESCRIPTION OF CONNECTORS IN THE BRAZILIAN GRAMMARS OF THE 19TH CENTURY

Ricardo Stavola Cavaliere (UFF)

Resumo: Este estudo traça referência à descrição dos conectivos em gramáticas brasileiras do século XIX. Inicialmente, situa as gramáticas que compõem o *corpus* de investigação nas duas vertentes teóricas que integram o período em foco. Em seguida, comenta o conceito de conectivo, faz menção às classes gramaticais que se inscrevem sob essa rubrica, além de tocar aspectos metalinguísticos atinentes ao emprego do termo *conectivo* nas obras em questão. Seu objetivo é o de oferecer aos pesquisadores uma visão sintética e objetiva do tema, a fim de introduzir a leitura e o estudo mais aprofundados dos compêndios gramaticais dos Oitocentos como estratégia para o estudo contemporâneo dos conectivos em português.

Palavras-chave: conectivo, gramatização, século XIX

Abstract: This paper refers to the description of connectives in 19th century Brazilian grammars. Initially, it places the grammars that make up the corpus of research in the two theoretical strands that integrate the period in focus. Besides, it comments on the concept of connective, makes reference to the grammatical parts of speech that are included in this class, as well as touching metalinguistic aspects regarding the use of the term *connective* in the studies in question. Its objective is to offer the researchers a synthetic and objective view of the subject, in order to introduce the reading and the more detailed study of the 19th century grammatical compendiums as a strategy for the contemporary study of the connectives in Portuguese.

Key-words: connective, grammatization, 19th century.

Introdução

O processo de gramatização¹ do português no Brasil segue duas vertentes bem definidas no decurso do século XIX. A primeira, a que denominamos *período racionalista*², inicia-se em 1806, com a publicação do *Epítome de gramática da língua portuguesa* (1806), por Antônio de Morais Silva (1755-1824), e termina com a publicação da *Gramática portuguesa*, por Júlio Ribeiro (1845-1890), em 1881. Trata-se de um amplo lapso temporal em que predominam os compêndios de caráter predominantemente normativo, pautados nos princípios da gramática racionalista herdada à tradição de Port-Royal e, mais diretamente, introduzida no Brasil pelas páginas de Jerônimo Soares Barbosa. Já a segunda vertente, que vige de Júlio Ribeiro

¹ Sobre o sentido historiográfico de gramatização, leia Auroux (2009)

² Sobre periodização dos estudos linguísticos no Brasil, leia Cavaliere (2002).

até a publicação dos *Princípios de linguística geral* (1941), por Joaquim Mattoso Câmara Júnior (1904-1970), à qual denominamos *período científico*, pauta-se nas teses da gramática histórico-comparativista, a que se aliam fundamentos da linguística evolucionista de August Schleicher (1821-1868)³. Trata-se de um longo percurso, claramente dividido em duas fases, em que a gramática brasileira de língua portuguesa assume o perfil descritivo-normativo que viria a fundar uma tradição filológica cujos fundamentos se projetam no decurso do século XX.

Visamos, neste estudo, apresentar a conceituação genérica de conectivo nas duas vertentes linguísticas do século XIX, de tal sorte que os estudos dedicados especificamente a esse tema possam embasar-se, ainda que superficialmente, na visão que os antigos gramáticos brasileiros lhe atribuíam. Cuida-se, evidentemente, de um texto sintético, que merece necessária complementação mediante consulta a outros trabalhos historiográficos dedicados à gramatização do português nos novecentos⁴.

1. A noção de conectivo e sua repercussão na descrição do português

Neste estudo, utilizamos um *corpus* constituído de dez gramáticas brasileiras oitocentistas, cinco filiadas ao período racionalista e cinco publicadas no período científico. São elas:

1. SILVA, Antonio de Moraes. *Epitome da grammatica da lingua portuguesa* (1806).
2. DUARTE, Antonio da Costa. *Compendio da grammatica philosophica da lingua portugueza* (1877[1829]).
3. CONDURU, Felipe Benício de Oliveira. *Gramática elementar da língua portuguesa* (1840).
4. REIS, Francisco Sotero. *Grammatica portugueza, acomodada aos princípios geraes da palavra seguidos de immediata applicação pratica* (1871[1866?]).
5. COSTA E CUNHA, Antonio Estevam da. *Grammatica elementar portugueza* (1880).
6. RIBEIRO, João. *Grammatica portugueza, curso superior* (1930[1889]).
7. RIBEIRO, Julio. *Grammatica portuguesa* (1911[1881]).
8. SILVA JR., Manuel Pacheco da & Andrade, Boaventura P. Lameira de. *Noções de grammatica portuguesa* (1887).
9. BOSCOLI, José Ventura. *Grammatica portuguesa* (1898 [1893]).
10. MACIEL, Maximino. *Philologia portugueza: ensaios descriptivos e historicos sobre a lingua vernácula* (1889).

³ As teses de Schleicher chegam-nos pela pena de Júlio Ribeiro (1880).

⁴ Leia, em especial, Fávero e Molina (2006) e Cavaliere (2000).

Uma consulta superficial às dez gramáticas de que nos servimos revela uma descrição heterogênea das classes gramaticais. Observe-se que, embora haja certo equilíbrio quanto ao número de classes, algumas delas, como no caso do particípio e do artigo, pouca referência detêm como classe autônoma. O artigo não raramente é entendido como um tipo taxionômico que se inscreve na classe dos adjetivos ou dos pronomes. Dentre os pontos de convergência em todas as propostas, observa-se a unanimidade de referência ao verbo, à preposição e à conjunção como classes autônomas, bem como a ausência do numeral, uma invenção taxionômica que a gramática brasileira viria a consagrar com a edição da nomenclatura gramatical de 1959 (cf. Kury, 1961).

	Art	Nom.		Pro.	Ver.	Adv	Par.	Pre.	Con.	Int.
		Sub.	Adj							
Silva ⁵		•	•		•	•		•	•	•
Duarte ¹⁸					•			•	•	•
Conduru ¹⁸		•	•		•	•		•	•	•
Reis ¹⁸		•	•		•	•		•	•	•
Costa e Cunha	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•
Júlio Ribeiro	•	•	•	•	•	•		•	•	
João Ribeiro		•	•	•	•	•		•	•	•
Pacheco & Lameira		•	•	•	•	•		•	•	•
Boscoli		•	•	•	•	•		•	•	•
Maximino Maciel		•	•	•	•	•		•	•	

Quadro 1: Classes de palavras em dez gramáticas brasileiras do século XIX.

Não há, como se percebe, qualquer referência ao conectivo como classe gramatical, ou parte do discurso, já que os modelos de que se servem nossos gramáticos são reformulações que as tradições racionalista e histórico-comparativa impuseram à

⁵ Arrolam o artigo e os pronomes entre os adjetivos.

proposta de classificação das palavras da gramática latina, em que não se cuida do termo *conectivo* como parte do discurso. Cabe, pois, investigar em que medida a noção de conectivo percorre os textos gramaticais brasileiros produzidos neste momento de nossa historiografia gramatical.

Para dar conta dessa tarefa, convém partir do conceito que se atribui a esse tipo lexical na tradição das gramáticas de base filológica do século XX, sobretudo as que pertencem ao período da chamada “geração NGB”⁶, visto que é efetivamente a partir dessa unificação metalinguística para o ensino básico que se chega a um razoável consenso a respeito das características basilares das classes de palavras. Podemos afirmar que, no corpo da doutrina norteadora dessas gramáticas, reúnem-se na noção de conectivo a preposição, a conjunção e o pronome relativo, tendo em vista o fato de expressarem ao menos um dos seguintes papéis gramaticais:

- a) o papel de liame vocabular ou oracional;
- b) o papel de indicação da fronteira vocabular ou oracional;
- c) o papel de atribuidor de uma relação no plano sintático;
- d) o papel de termo anafórico dotado de uma função sintática.

Embora não se detenham na explicitação desses papéis, as gramáticas da geração NGB a elas se referem claramente nas propostas de análise sintática, razão por que as aulas de língua portuguesa no período em foco, herdeiras do espírito analítico do período científico, também costumavam atribuir às classes gramaticais reunidas sob a rubrica de conectivos os referidos papéis. O papel de liame vocabular ou oracional, decerto, se aplica a todas as três classes nomeadas, não obstante se faça a ressalva de que o pronome relativo não é precipuamente um liame, senão uma palavra que cumpre a função de representar na oração subordinada a função sintática de um dos termos integrantes da oração principal. E é justamente por tal fato que a ele, pronome relativo, atribui-se singularmente o papel de termo anafórico⁷. Já o papel de atribuidor de uma relação, aplicando-se aqui a noção que se confere a esse termo na tradição racionalista como um processo de vinculação de ideias, é típico das preposições. Interessante notar

⁶ Por “geração NGB” entendemos o grupo de gramáticos brasileiros que publicaram textos gramaticais pautados na tradição filológica, com influência subsidiária do estruturalismo linguístico, tendo como referência as bases metalinguísticas propostas pela Nomenclatura Gramatical Brasileira de 1959. Nesse sentido, pertencem à geração NGB não apenas os gramáticos que se filiaram às suas diretrizes, mas também os que o fizeram parcial ou restritivamente ou a elas se opuseram.

⁷ Saliente-se que o metatermo *anafórico* não habita as páginas da gramática da geração NGB.

que os gramáticos do período científico do século XIX atribuíam conceito mais amplo à *relação*, para nele expressarem a atribuição de valores semânticos como causa, tempo, posse, matéria, lugar, etc. Já o papel de indicar a fronteira oracional no período tem maior relevo no plano pedagógico, caso em que se inscreve, sobretudo, a classe das conjunções.

Não obstante fuja ao escopo deste estudo, cabe observar em rápidas linhas que as gramáticas brasileiras mais recentes ampliaram o emprego de hiperônimos metalinguísticos para referir-se às classes de palavras que exercem os papéis acima arrolados, tendo em vista sua filiação a um dado modelo teórico. Assim, ao lado do termo *conectivo*, leem-se com frequência os termos *conector* e *transpositor*, dada a renovada visão que se aplica aos papéis exercidos pelas classes das conjunções, das preposições, dos pronomes e do advérbio na estruturação da frase⁸. Uma outra observação necessária reside no fato de que os estudos mais recentes, sobretudo os vinculados à teoria do texto e da enunciação, incluem os conectivos de maneira geral numa classe de operadores discursivos que cuidam do alinhavo do texto, numa missão de estabelecer vínculos de coesão interna e exofórica, fato que nos permitiria incluir entre os papéis dos conectivos acima referidos um item (*f*) *instrumento de coesão textual*. Como veremos adiante, esse papel não era estranho aos gramáticos brasileiros oitocentistas no tocante ao emprego da conjunção.

Voltando à presença do conectivo na base metalinguística da Nomenclatura Gramatical Brasileira, de imediato emerge seu emprego para referir-se a palavras que exerçam papel de liame sintático, conforme atesta sua definição em Kury (1961:81): “palavras que estabelecem uma ligação ou conexão entre palavras ou partes de uma frase”. Note-se, por sinal, que o texto oficial da NGB não inclui o metatermo *conectivo*, fato possivelmente resultante da ausência de consenso entre os gramáticos que a elaboraram no tocante a seus domínios. São conectivos as conjunções e as preposições, ou apenas as conjunções? Devemos incluir entre os conectivos o pronome relativo? Como se situam as denominadas “palavras denotativas” quanto ao papel de conexão? Essas são questões que os gramáticos da geração NGB foram solucionando segundo suas convicções pessoais, não obstante se tenha chegado a razoável consenso, conforme

⁸ Exemplos do emprego destes hiperônimos encontram-se em Azeredo (2008) e Bechara (1999). Em Neves, encontra-se ainda o termo *junção*: “Algumas palavras da língua que pertencem à esfera semântica das relações e processos atuam especificamente na junção dos elementos do discurso, isto é, ocorrem num determinado ponto do texto indicando o modo pelo qual se conectam as porções que se sucedem (2000:601)

já se assinalou acima, de que são conectivos a preposição, a conjunção e o pronome relativo, com a ressalva de que a primeira se especifica no cumprimento dos papéis *a* e *c*, a segunda no cumprimento dos papéis *a* e *b* e o terceiro o cumprimento dos papéis *b* e *d*.

Nesse aspecto, revela-se uma clara linha de continuidade, que parte dos textos gramaticais oitocentistas - sobretudo se considerarmos as gramáticas do período científico - para desembocar nos textos da geração NGB. A pesquisa não nos esclareceu ainda em que obra específica se introduz o metatermo *conectivo* no âmbito da gramaticografia brasileira, mas evidencia-se sua circulação frequente entre os nomes mais representativos do século XIX. Em seu *Dicionário gramatical* (1906[1897]), João Ribeiro (1860-1934) traça algumas referências ao conectivo como figura relevante na construção frasal, não obstante reconheça que, no contexto dos textos linguísticos então publicados, tratava-se de tipo lexical pouco referido: “Connectivo – termo pouco usual. Palavra de relação entre as proposições” (1906[1897]: 70). Como se percebe, o fato de Ribeiro haver reservado um verbete exclusivo para o lema *conectivo* já o caracteriza efetivamente como um metatermo da gramaticografia brasileira dos Oitocentos, apesar de “pouco usual”.

Em outras referências, Ribeiro traça juízo mais esclarecedor sobre a natureza do conectivo, como se percebe na seguinte passagem: “As proposições coordenadas são syndeticas ou asyndeticas, e quanto á natureza dos seus connectivos, dividem-se em copulativas, adversativas, disjuntivas e conclusivas” (1906[1897]: 82). Os dois fragmentos até aqui citados já nos auxiliam na tarefa de investigar a noção gramatical que se atribuía ao conectivo, em que o papel de liame sintático e instrumento relacional nem sempre se irmanam nas propostas de descrição taxionômica.

Veja-se que, no primeiro fragmento citado, Ribeiro denomina os conectivos “palavras de relação”, sem qualquer referência ao papel de liame entre proposições; aqui não se pode afastar a hipótese de que Ribeiro incluísse na expressão “palavras de relação” a dupla interpretação dos conectivos como liames e instrumentos relacionais. Já no segundo fragmento, os conectivos surgem como palavras gramaticais responsáveis pela atribuição do valor semântico-relacional entre as proposições, visto que a classificação proposta para as proposições assindéticas edifica-se “quanto à natureza de seu conectivo”.

Observe-se, agora, o seguinte trecho da mesma obra de João Ribeiro, em que se traça um juízo mais aprofundado sobre o tema (1906[1897]:266):

Os CONNECTIVOS são os termos que ligam uma proposição a outra: *mas, e, ou*, etc.: Julio desapareceu *ou* morreu; estuda, *mas* não aprende; estuda *e* aprende. Esses exemplos representam *connectivos proposicionaes* ou *syntacticos*, por isso que ligam phrases. Os *connectivos* léxicos são os que ligam vocábulos: Pedro *com* Antonio; estar *em* Paris. Essas duas subdivisões nada têm que vêr com as categorias grammaticaes, e por isso o *connectivo syntactico* póde ser representado por advérbios e por adjectivos conjunctivos ou locuções equivalentes: Casa *em* que Socrates morreu; casa *onde* Sócrates nasceu; nasceu, sofreu, *depois* morreu; veio, *logo* foi empregado, *e* merecidamente. Da mesma sorte, o *connectivo vocabular*, que é em regra uma preposição⁹, póde ser representado pela conjuncção ou equivalente: Dous *e* oito são dez; cinco *mais* seis, onze.

Nítida, nesse trecho, a observação de que o termo *conectivo*, já no ambiente acadêmico dos Oitocentos, circulava como um hiperônimo metalinguístico para algumas classes gramaticais¹⁰, notadamente a conjunção, a preposição, o adjetivo conjuntivo (também pronome relativo) e o advérbio. A inclusão do advérbio, aqui, se deve não só ao caráter adverbial de pronomes relativos como *onde* e *aonde*, também denominados *pronomes adverbiais*, como também ao caráter copulativo que o advérbio *mais*, de mesmo étimo da conjunção *mas*, assume quando interposto entre núcleos do sintagma¹¹.

No âmbito das gramáticas, especificamente, o termo *conectivo* não goza de prestígio, possivelmente devido ao fato de não designar uma classe gramatical única, específica, fato que inibiria sua inclusão no conjunto das partes do discurso. A ausência, entretanto, é suprida aqui e ali em referências genéricas. Maximino Maciel, por exemplo, ao tratar dos pronomes relativos, adverte que tais pronomes também são denominados “conjuntivos, porque servem de connectivos às proposições, de sorte que o termo conjuntivo nos parece mais apropriado, mais característico” (1922[1894]: p. 127). Veja que, aqui, o emprego do termo não tem propriamente valor metalinguístico, já que visa a justificar a denominação de *conjuntivos* para os pronomes relativos em face de sua semelhança construcional com as conjunções. Em outras palavras, para Maciel o papel de conectivo é originalmente o que exercem as conjunções.

⁹ No original “proposição”, por erro óbvio.

¹⁰ A hesitação de uso entre os termos *partes do discurso*, *classes gramaticais* e *categorias gramaticais* constitui tema que merece estudo especializado, razão por que não nos ocupamos de sua análise neste estudo.

¹¹ Ao fazer referência às línguas africanas no verbete *negro*, João Ribeiro assinala: “É de notar-se igualmente a reação que o portuguez exerceu a seu turno sobre a língua africana. Essa reação affecta a própria grammatica com a adopção de certos connectivos e preposições” (1906[1897]:221). Observe-se que conectivo e preposição aqui são referidos como entidades gramaticais distintas.

Encontra-se, por outro lado, em Manuel Pacheco da Silva Júnior (1842-1899) e Boaventura Plácido Lameira de Andrade (?-?) uma referência às *palavras conectivas* ou *relativas*, em oposição às *palavras nominativas* ou *ideais*, fruto do viés positivista que lhes impunha maior pendore pelos temas taxionômicos (1887:76):

Tocante às suas funções naturaes, dividem-se as palavras em:

- a) Nominativas, ideaes (dependentes e independentes). São as que servem para distinguir os seres, as substancias reaes ou abstractas, as qualidades e acções, os diversos estados das pessoas e cousas, todas as manifestações da vida (*nome e verbo*).
- b) Connectivas ou relativas. São as que exprimem as numerosas relações de tempo, logar, numero, quantidade, causa, efeito, etc. (*preposição e conjunção*).

Mais afeitos ao viés diacrônico, fato que lhes conferia acentuado comprometimento com os modelos de descrição gramatical nas línguas clássicas, Silva Jr. e Andrade vão além do latim, para referirem-se a uma concepção unificada da preposição e da conjunção como “palavras conectivas” na tradição gramatical grega. E assim destacam: “Os grammaticos gregos classificam as preposições com as conjunções, sob o nome de connectivas (*sundesmos*)” (1887: 109). Cuida-se aqui de uma referência à classe mais genérica dos conectivos presente na *Poética* de Aristóteles, que s.m.j. não tem par na gramaticografia brasileira dos Oitocentos.

Em princípio, a referência de Pacheco & Lameira a esse fato da gramatização do grego soa como uma informação menos relevante, não obstante enriquecedora como viés descritivo da preposição e da conjunção, visto que sua posição é claramente favorável ao tratamento distinto das duas classes gramaticais em questão. Entre os primeiros intérpretes da *Poética* de Aristóteles – podemos citar Amônio Sacas (175-240), Anício Boécio (480-525) e James Harris (1709-1780), cujas referências se podem encontrar em Arens (1984)-, há reiterado entendimento do *sundesmos*, também *syndesmos*, como liame, ligadura que torna muitos em um. O termo é efetivamente usado por Aristóteles como uma das quatro categorias linguísticas: *ónoma*, *rhēma*, *árthron* e *syndesmos*¹², embora, conforme nos ensina Neves (1981:65), a noção de *syndesmos* em Aristóteles nem sempre tenha significação gramatical, senão a de um recurso estilístico que faz de muitas coisas uma unidade¹³. No que tange ao nosso interesse nessas linhas, a citação de Pacheco & Lameira ao termo aristotélico, que por

¹² Para aprofundamento do tema, leia (Swiggers, 1997) e (Laspia 1997).

¹³ Neves traça referência específica ao uso do termo no livro 3 da *Retórica*.

sinal se faz sem o cuidado da referência bibliográfica, serve para atestar a postura mais ortodoxa desses gramáticos dentro do paradigma da escola histórico-comparativa.

Saliente-se, na esteira dessa referência às línguas clássicas, que na gramática latina a preposição e a conjunção são interpretadas sintaticamente de modo distinto. A preposição é ordinariamente entendida como a parte do discurso que se posiciona antes de uma outra, completando, alterando ou diminuindo sua significação¹⁴. Já a conjunção é a parte do discurso que estabelece um vínculo entre duas outras na organização da proposição (*sententia*)¹⁵. Essa interpretação distintiva das duas classes gramaticais perdurou nas gramáticas de línguas vernáculas, de tal sorte que sua visão unificada como tipos de conectivos somente se fez notar a partir dos estudos realizados no século XIX.

Efetivamente, não se pode atribuir à preposição o caráter de um mero liame vocabular, visto que seu papel, no plano diacrônico das línguas românicas, inclui a atribuição de valor sintático aos termos da oração, papel que no paradigma das línguas sintéticas, como o latim erudito, era cumprido pela flexão desinencial de caso. Nesse diapasão, merece destaque a observação de Pacheco & Lameira de que a definição dos gramáticos latinos “era errônea, e não indicava a natureza interna da preposição”, pois que “em latim ella nem sempre precedia o nome ou verbo (*Tenus colloca-se depois do ablativo ; cum, depois de me, te, se, nobis, vobis, qui*)” (1887:109). Salientam os autores que “no portuguez, porem, sempre a preposição é precedente” (1887:109), fato que, afinal, legitimou a definição dos gramáticos latinos para além do próprio latim.

2. A natureza conectiva do pronome relativo, preposição e da conjunção.

No item 1 deste estudo, fizemos menção aos papéis atribuídos aos conectivos pela tradição gramatical de base filológica: a) papel de liame vocabular ou oracional; b) papel de indicação da fronteira vocabular ou oracional; c) papel de atribuidor de uma relação no plano sintático; d) papel de termo anafórico dotado de uma função sintática. Para termos ideia do entendimento com que os gramáticos brasileiros do século XIX

¹⁴ Em Donato (2007), lê-se: “Pars orationis, quae preposita aliis partibus orationis significationem earum aut complet aut mutat aut minuit”. Uma recente tradução da Arte de Donato para o português encontra-se em Dezotti (2011). Em Prisciano (1855, p. 24) “Est igitur praepositio pars orationis indeclinabilis, quae praeponitur aliis partibus vel appositione vel coinpositione”.

¹⁵ Em Donato (2007), lê-se: “Pars orationis adnectens ordinansque sententiam”. Em Prisciano (1855, p. 93) lemos: “Coniunctio est pars orationis indeclinabilis, coniunctiva aliarum partium orationis”

descreviam o emprego dos conectivos, tomando por base essas premissas, leiamos um conjunto de definições para cada uma das classes gramaticais estudadas.

2.1 Definições de pronome relativo ¹⁶

Oferecem-se, a seguir, oito definições, extraídas do *corpus* sob análise, identificadas segundo o papel específico dos conectivos referido no item 1. Destacamos algumas palavras-chave para melhor percepção dos valores gramaticais expressos pelo gramático.

- I. “[Adjetivos] *Demonstrativos Coniunctivos* são os que mostram ou o sujeito, ou o atributo de uma oração antecedente e unem ao mesmo tempo as orações parciais com as de que são parte” (DUARTE, 1877[1829]: VIII). (papéis a e d)
- II. “[Adjetivos] *Demonstrativos relativos* são os que se referem a pessoas, a cousas, ou a juízos enunciados em frase antecedente” (CONDURÚ, 1840:12). (papel d)
- III. Adjectivo coniunctivo, é, como sôa a palavra, o que tem a virtude de conjunctar proposições, fazendo as vezes de conjuncção: liga proposições incidentes a outras por ellas modificadas, isto por meio de dois termos de relação, um na proposição modificada, outro na modificante, dos quaes o primeiro se chama o seu antecedente, o segundo o seu consequente (REIS, 1871[1866]: 30). (papéis a e c)
- IV. “[Adjetivos] Coniunctivos são os que conjuctam cláusulas (...) Os coniunctivos referem-se a alguma cousa já expressa em outra proposição, mas cuja determinação elles mais tornam precisa” (SILVA Jr. & ANDRADE, 1887:87-93). (papéis a e d)
- V. É coniunctivo ou relativo o adjectivo que estabelece relação entre duas clausulas” (BOSCOLI, 1898[1893]:80). (papel c)
- VI. Os adjectivos coniunctivos referem-se sempre a um nome de clausula principal: esse nome chama-se antecedente” (RIBEIRO, 1910[1881]:248). (papel d)

¹⁶ Também pronome conjuntivo, adjetivo relativo ou adjetivo conjuntivo.

- VII. “[Adjetivos] Relativos são os que se referem a nome ou pronome, que é determinado ou qualificado pela proposição(...) Vê-se, pois, que o relativo substitue o nome e ao mesmo tempo faz as vezes de conjunção, ligando o nome determinado com a proposição determinante que se segue. Por isso póde também ser denominado *nome conjunctivo*.” (RIBEIRO, 1930[1889]:82).
(papéis a e d)
- VIII. “Pronome relativo é aquelle que, conjuntando duas proposições, sempre se refere a um nome anteriormente expresso” (MACIEL, 1922[1894]:127).
(papéis a e d)

A leitura dessas definições, em princípio, revela uma visão do pronome relativo significativamente uniformizada entre as gramáticas racionalistas e científicas. Há expressiva predominância do papel de liame, a que se segue o papel de instrumento anafórico. Por sinal, conforme se verá nas definições de preposição e conjunção, esse papel anafórico é o que mais distingue o pronome relativo no conjunto dos conectivos, razão por que, embora não seja o elemento de perfil mais presente nas definições estudadas, constitui-se, sem dúvida, no que detém caráter mais distintivo.

O fato de não se fazer referência ao pronome relativo como instrumento gramatical que determina a fronteira oracional bem expressa a noção de que aqui temos uma subclasse gramatical que trabalha mais na arquitetura sintática da frase do que no estabelecimento da topologia sintática, sobretudo levando-se em conta que o pronome relativo, de modo geral é caracterizado como termo sintático da oração subordinada. Em outras palavras, não lhe cumpre estabelecer as fronteiras oracionais exatamente em face de sua posição interna a uma das proposições sintaticamente vinculadas.

2.2 Definições de preposição

Passemos às definições da classe das preposições:

- I. “*Preposição* é uma parte invariavel da oração, que posta entre duas palavras, mostra que a segunda está completando a primeira, como: Vou *para* casa *de* João. A Preposição rege, isto é, demanda depois de si uma palavra, e mostra só a relação de complemento, isto é, que ella com a palavra seguinte

- está completando a significação de outra palavra antecedente” (DUARTE, 1877[1829]:94). (papéis b e c)
- II. “Preposição é a parte da oração que, posta entre duas palavras, faz que a segunda restrinja, complete ou modifique a significação da primeira” (CONDURÚ, 1840:66). (papéis b e c)
- III. “Preposição é a parte invariável da oração que exprime uma relação entre duas palavras, ou entre um termo *antecedente* e outro *consequente*, ligando o segundo ao primeiro” (REIS, 1871[1866]: 139). (papel c)
- IV. “*Preposição* é uma palavra que liga um substantivo ou um pronome a outro substantivo, a um adjetivo, a um verbo, mostrando a relação que há entre elles” (RIBEIRO, 1910[1881]:71). (papéis a e c)
- V. “Preposição é uma palavra intervocabular que indica a relação syntactica entre dous termos” (MACIEL, 1992[1894]:141). (papéis b e c)
- VI. “Preposição é uma partícula invariável que serve para ligar duas palavras (subst. ou pronome a substantivo, pronome, adjectivo ou verbo) com o fim de indicar-lhes a mutua relação” (SILVA Jr. & ANDRADE, 1887:109). (papéis a e c)
- VII. “Preposição é a parte que posta entre dous vocábulos determina a natureza da relação que existe entre elles” (RIBEIRO, (1930[1889]:102)¹⁷. (papéis b e c)
- VIII. “Preposição é a palavra que liga dous termos, mostrando de modo determinado a relação existente entre elles” (BOSCOLI, 1898[1893]:88). (papéis a e c).

Perceptível, nessas definições, a predominância do papel relacional, seja nas gramáticas racionalistas, seja nas científicas. O papel de liame vocabular revela-se secundário, ao passo que o papel anafórico evidentemente não se aplica às preposições. A análise das definições, ainda que de modo perfunctório, revela que a noção de instrumento sintático atribuidor de uma dada função, fato mais flagrante na definição de Filipe Condurú, é o principal traço caracterizador da preposição.

¹⁷ Em outra referência, Ribeiro atesta que a preposição “é uma palavra relativa, que com o seu complemento necessário fórma um adverbio ou locução adverbial: com ardor = ardentemente, etc.” (1930[1889]:105). Há, nessas observações, clara noção do papel da preposição como transpositor.

2.3 Definições de conjunção

Por derradeiro, leiamos as definições de conjunção :

- I. “Conjuncção é uma parte da oração, que ata e ordena entre si as orações, para fazerem um corpo de período, e um discurso continuado” (DUARTE, 1877[1829]:100). (papéis a e f)
- II. “Conjuncção é uma palavra invariável, que une as partes homogêneas da oração ou do discurso, indicando conveniencia, opposição, dependencia ou condição entre ellas” (CONDURÚ, 1840:68). (papéis a e c)
- III. “*Conjuncção*, é uma parte invariável da oração que liga uma palavra á outra, uma proposição á outra, um sentido a outro, ou um termo *antecedente* a outro consequente” (REIS, 1871[1866]:153). (papel a)
- IV. “Conjuncção é uma palavra que liga sentenças entre si, e que prende também entre si palavras usadas do mesmo modo em uma sentença” (RIBEIRO, 1910[1881]:72). (papel a)
- V. “Conjuncção (lat. *conjunctionem*, de *cum jungere*) é a palavra invariável e relacional, que serve para ligar palavras e proposições” (SILVA Jr. & ANDRADE, 1887:112). (papel a)
- VI. “Conjuncção é a palavra que serve para indicar as relações entre duas proposições” (RIBEIRO, 1930[1889]:103). (papel c)
- VII. “Conjuncção é a palavra que liga asserções entre si (...) A conjuncção é um poderoso elemento pãra (sic) relacionar asserções; sem ella todo o discurso seria um esqueleto sem colorido” (BOSCOLI, 1898[1893]:91). (papel a, c e f)
- VIII. “Conjuncção é uma palavra invariável que liga duas proposições e ás vezes duas palavras” (MACIEL, 1922 [1894]:145). (papel a)

No tocante às conjunções, evidencia-se a predominância de seu papel como liame vocabular ou oracional – o que, por sinal, só não se expressa em uma única definição -, fato que a distingue das demais palavras conectivas no tocante à ausência de papel relacional. O papel anafórico pode-se incluir, em parte, na constatação do papel de instrumento de coesão textual verificado em Bôscoli e Costa Duarte, não obstante haja nessas definições um conceito de vinculação de elementos textuais bem mais amplo do que o da simples anáfora. A expressão “para fazerem um corpo no período e um

discurso continuado” em Duarte é nitidamente caracterizadora de uma visão construcional da conjunção como classe indispensável para a arquitetura e organização semântico-sintática do texto, ainda que o metatermo texto, obviamente, não esteja presente entre as palavras do gramático maranhense.

Diga-se o mesmo da passagem “sem ella todo o discurso seria um esqueleto sem colorido” de que se serve Bôscoli, metaforicamente, para justamente corroborar a tese da indispensabilidade da conjunção como instrumento de coesão textual. A ideia do papel exercido pela conjunção como classe que “dá cor ao esqueleto” e, na melhor exegese, a de que um texto sem conjunções não atinge o desiderato necessário de transmitir seu conteúdo semântico com clareza, eficácia e estilo.

Conclusão

O percurso dos estudos gramaticais brasileiros no século XIX segue uma linha de continuidade, em que se reúnem sob a rubrica *conectivos* as classes do pronome relativo, da preposição, da conjunção e do advérbio, esse último quando em função análoga à do pronome relativo ou da conjunção intervocabular. Não obstante a distinção conceptual acesa da descrição linguística entre as gramáticas do Período Racionalista e do Período Científico, percebe-se certa linha de continuidade no tocante ao reconhecimento da preposição, da conjunção e do pronome relativo (conjuntivo) como partes do discurso, não obstante seu reconhecimento como termo conectivo seja expressivamente divergente.

Conclui-se, ademais, que embora o termo conectivo não seja propriamente um metatermo no âmbito das gramáticas, raramente referido em textos avulsos e nos dicionários gramaticais, verifica-se haver uma clara noção de seu emprego como hiperônimo da preposição, da conjunção e do pronome relativo (conjuntivo), bem como, numa certa medida, do advérbio, para designar um certo termo que cumpre uma das funções especificadas no item 1 deste estudo.

Por outro lado, os referidos papéis que essa geração de gramáticos atribui aos conectivos – liame vocabular e oracional, estabelecimento da fronteira vocabular e oracional, instrumento de uma relação e instrumento anafórico – são os mesmos que, em medidas distintas, se aplicam na conceituação dos conectivos no século XX, pelo menos até a época da Geração NGB, com a ressalva de que um quinto papel, o de *instrumento de coesão textual*, que entraria no panorama acadêmico brasileiro nas

décadas derradeiras do século passado, com a chegada do estudo da enunciação e da teoria do texto, também se encontra pontualmente em pelo menos dois gramáticos oitocentistas, Antonio da Costa Duarte de José Ventura Bôscoli, curiosamente pertencentes a períodos historiográficos distintos da gramaticografia do português no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENS, Hans. *Ariostotle's theory of language*, texts form 500 to 1750. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1984.

Auroux, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

AZEREDO, José Carlos de. *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. São Paulo: Publifolha, 2008.

BOSCOLI, José Ventura. *Grammatica portugueza*. 2 ed. Rio de Janeiro: [s.n.], 1898 [1893].

BRAGA, Teófilo. *Grammatica portugueza elementar - fundada sobre o methodo histórico-comparativo*. Porto/Rio de Janeiro: João E. da Cruz Coutinho/A. A. Cruz Coutinho, 1876.

Câmara Jr., Joaquim Mattoso. *Princípios de lingüística geral como introdução aos estudos superiores da língua portuguesa*. 2 ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1954 [1941].

CAVALIERE, Ricardo. *Fonologia e morfologia na gramática científica brasileira*. Niterói: Eduff, 2000.

CAVALIERE, Ricardo. Uma proposta de periodização dos estudos linguísticos no Brasil. *Confluência*. Rio de Janeiro: Liceu Literário Português, n. 23, 2002.

CONDURU, Felipe Benício de Oliveira. *Gramática elementar da língua portuguesa*. Maranhão: Typ. do Paiz, 1840.

Congreso Internacional de la ALFAL. Alcalá de Henares: 2012, p. 2571-2579.

COSTA E CUNHA, Antonio Estevam da. *Grammatica elementar portugueza*, adaptada ao ensino das escolas de instrução primaria, quer dos menores, quer dos adultos, e bem assim dos Collegios, Liceos e Escolas Normaes e aulas preparatorias. Rio de Janeiro: [s.n.], 1880.

DEZOTTI, Lucas Consolin. *Arte menor e arte maior de Donato*: tradução, anotação e estudo introdutório. São Paulo: USP, dissertação de mestrado, 2011.

DONATUS, Aelius. *Ars minor: de partibus orationis*. I Intratext Edition CT., 2007. Disponível em <http://www.intratext.com/X/LAT0192.htm>. Acesso em 5 de outubro de 2016.

DUARTE, Antonio da Costa. *Compendio da grammatica philosophica da lingua portugueza*. 6 ed. Maranhão: Antonio Pereira Ramos d'Almeida editor, 1877[1829].

FÁVERO, Leonor L. e MOLINA, Márcia A. G. *As concepções lingüísticas no século XIX*. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2006.

KURY, Adriano da Gama. *Pequena gramática para a explicação da nova nomenclatura gramatical*. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1961.

LASPIA, Patrizia. L'ARTICOLAZIONE LINGUISTICA; origini biologique di uma metáfora. Roma: La Nuova Italia Scientífica, 1997.

MACIEL, Maximino de Araujo. *Grammatica descriptiva*. 8 ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1922 [1894].

MACIEL, Maximino. *Philologia portugueza: ensaios descriptivos e historicos sobre a lingua vernacula*. Rio de Janeiro: Typ. de José de Oliveira, 1889.

NEVES, Maria Helena de Moura. A teoria linguística em Aristóteles. *Alfa*. São Paulo: n. 25, 1981, p. 57.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos da lingua portuguesa*. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

REIS, Francisco Sotero. *Grammatica portugueza, acomodada aos princípios geraes da palavra seguidos de immediata applicação pratica*. 2 ed. Maranhão: Typographia de R. d'Almeida & C., 1871[1866?].

RIBEIRO, Ernesto Carneiro. *Serões grammaticaes ou nova grammatica portugueza*. Bahia: Livraria Catilina de Romualdo dos Santos, 1890.

RIBEIRO, João. *Diccionario gramatical*. 3 ed. Rio de Janeiro/São Paulo/Belo Horizonte: Livraria Francisco Alves, 1906 [1897].

RIBEIRO, João. *Grammatica portugueza, curso superior*. 21 ed. Rio de Janeiro/São Paulo/Belo Horizonte: Livraria Francisco Alves, 1930[1889].

RIBEIRO, Julio. *Grammatica portugueza*. 10 ed. Rio de Janeiro/São Paulo/Belo Horizonte: Livraria Francisco Alves, 1911[1881].

RIBEIRO, Julio. *Traços geraes de linguistica*. São Paulo: Livraria Popular de Abilio A. S. Marques, 1880.

SILVA JR. Manuel Pacheco da & ANDRADE, Boaventura P. Lameira de. *Noções de grammatica portugueza*. Rio de Janeiro: J.G. de Azevedo Editor, 1887.

SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da lingua portugueza*. 4 ed. enriquecida por Theotonio José de Oliveira Velho. Lisboa: Na Impressão Regia, 1831 [1789].

SILVA, Antonio de Moraes. *Epitome da grammatica da lingua portugueza*. Lisboa: Off. de Simao Thaddeo Ferreira, 1806.

SWIGGERS, Pierre. The *syndesmos* in Ancient Greek grammar: grammatical status and subtypes. *Proceedings of the 16th International Congress of Linguistics*. Oxford. Pergamon. CR-Room Edition, 1997.